



Editorial

Em um ano de implementação do TCP CPLP/FAO, o projecto conseguiu envolver governos, sociedade civil e parceiros da cooperação internacional no âmbito da CPLP em um debate sobre as demandas e as ofertas de cooperação Sul-Sul e Norte-Sul no campo da Gestão Sustentável das Terras. Nesta edição, mostramos a metodologia de trabalho adoptada pelo Projecto, a

importância da formação em Estratégias Financeiras Integradas (EFI), os diagnósticos de Guiné-Bissau e Cabo Verde, bem como os desafios das mulheres rurais de Moçambique na gestão sustentável de terras.

Desenhando Estratégias Financeiras Integradas

Como identificar e captar investimentos para fortalecer os programas nacionais em Gestão Sustentável de Terras? Essa questão começou a ser respondida para os Estados-membros da CPLP na formação ocorrida em São Domingos de Rana, Portugal, entre 19 e 25 de Junho. O evento, intitulado Desenho de Estratégias Financeiras Integradas (DEFI), envolveu 32 participantes das áreas de finanças, plano, ambiente e agricultura, além de representantes da sociedade civil desses países.

A formação abrangeu temáticas, como análise dos contextos nacionais, quadro legal e orçamentário; directrizes e características da ajuda internacional ao desenvolvimento; principais fontes internas, externas e inovadoras de recursos; negociação e elaboração de Planos Nacionais de Estratégias Financeiras Integradas.

O grupo também se dedicou à discussão das dinâmicas regionais e do potencial de cooperação entre os Estados-membros da CPLP, com a apresentação do conceito de Plataforma Integrada Regional de



Promoção de Investimentos. Como próximos passos, os participantes da formação identificaram como prioridades:

- dar continuidade à elaboração das Estratégias Financeiras Integradas Nacionais, com foco na informação e na sensibilização dos actores nacionais para a EFI;
- considerar a possibilidade de integrar a formulação de Estratégias Financeiras Integradas no Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul.

O evento foi promovido pelo Projecto com o protagonismo do Secretariado da CPLP e as parcerias do Mecanismo Mundial e do Governo de Portugal.

Nossa metodologia de trabalho

rientada pela dinâmica das aprendizagens colectivas e pela valorização dos conhecimentos dos parceiros, a metodologia adoptada pelo Projecto TCP CPLP/FAO permite que os consultores e os comités nacionais se capacitem e se aprimorem, gerando uma nova forma de trabalhar. Voltada para a elaboração do Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul de implementação da UNCCD nos países da CPLP, a metodologia envolve quatro etapas:

Etapa I

Consulta bibliográfica, com elaboração de Quadro de Actores e Matriz de Programas e Projectos desenvolvidos ou em desenvolvimento no país.

Etapa II

Entrevistas com actores seleccionados para identificar visões e percepções sobre a GST, a ameaça da degradação das terras, lições aprendidas das políticas e dos programas já executados, potenciais de cooperação Sul-Sul e demandas de capacitação.

Etapa III

Análise da Matriz de Programas e Projectos para identificar lacunas, sobreposições, potenciais de complementaridade e de sinergias a partir das informações obtidas nas etapas anteriores.

Etapa IV

Elaboração do quadro de demandas e ofertas de cooperação, contendo as propostas discutidas e validadas pelo Comité Nacional de cada país para o Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul.

Desafios para as mulheres rurais em Moçambique



A especialista em desenvolvimento local na perspectiva de género, Graça Samo, integrante do Fórum Mulher, de Moçambique, enumera os principais desafios das mulheres que vivem na zona rural desse país. Para ela, a gestão sustentável de terras só poderá se tornar uma realidade se considerar a mudança nas condições de vida das mulheres, que representam a base do trabalho na agricultura da África. Graça aponta como princiais desafios:

Falta de controle sobre as terras nas quais trabalham.

O país ainda não tem uma estatística apurada sobre o tema, mas sabe-se que poucas mulheres possuem título de propriedade das terras que ocupam.

Desconhecimento dos mecanismos para titulação de terras.

A maioria das mulheres do campo é analfabeta e não sabe lidar com instituições formais. Os procedimentos desses órgãos lhes são inacessíveis, assim como os custos com o registro das terras.

Falta de meios para tornar a terra produtiva.

As mulheres rurais ainda usam métodos rudimentares, praticando a agricultura de enxada. Não conseguem aprimorar a produtividade por falta de assistência técnica e de políticas de crédito rural para mulheres.

4 Vulnerabilidade devido ao êxodo rural de homens e jovens

Actualmente, Moçambique exporta mão-de-obra masculina para o trabalho nas minas da África do Sul. Observa-se também um grande êxodo de jovens do campo para as cidades.

Perda das terras para os meganegócios de exploração florestal e agrícola.

As mulheres estão perdendo suas terras em favor dos grandes negócios. É preciso diferenciar os mecanismos de financiamento para pequenos e grandes produtores.

Requisitos para a gestão sustentável de terras

O movimento de mulheres incluiu cláusulas relativas aos direitos das mulheres na Lei de Terras de 1997. Em nível nacional houve avanços, mas há muito a ser feito em âmbito local. Segundo Graça Samo, uma política de gestão sustentável de terras precisa considerar aspectos como:

- Formação de mulheres sobre a questão da terra e dos procedimentos de titulação.
- Assistência técnica voltada para a realidade da pequena produtora rural.
- Aumento de produtividade com diversificação de culturas agrícolas.
- E, sobretudo, empoderar as mulheres para que influenciem nos conselhos consultivos locais em termos das decisões que realmente as beneficiem.

Diagnósticos identificam demandas dos países

Actualmente, os países da CPLP estão a elaborar o documento nacional de ofertas e demandas de cooperação. As consultorias de Guiné-bissau e Cabo Verde concluíram essa fase e apresentaram seus relatórios. Conheça mais sobre a situação de cada país, acedendo o sítio do projecto:

www.fao.org/tc/cplpunccd/

Guiné-Bissau: A Gestão Sustentável de Terras é tema estratégico para este país, no qual mais de 80% dos habitantes vivem directamente da agricultura. O diagnóstico realizado identificou os principais problemas, pesquisou os actores e programas já existentes, revelando as demandas do país, como subsídio para a formulação do Programa.

Nas últimas quatro décadas cresceu a pressão sobre as áreas de cultivo, com aumento da população e maior demanda de alimentos. Ao mesmo tempo, ocorreu perda significativa de fertilidade dos solos e a consequente diminuição de áreas com vocação agrícola. As províncias do Norte e do Leste do país, as mais afectadas pela degradação das terras, serão priorizadas nas acções do Programa.

Cabo Verde: O fenômeno da desertificação manifesta-se de formas diferenciadas neste arquipélago da costa africana que congrega dez ilhas e treze ilhéus. A perda de cobertura vegetal, a intensidade do regime de chuvas e o relevo provocam acelerada erosão dos solos. O país sofre com a diminuição de reservas de águas subterrâneas utilizáveis na agricultura e actualmente importa mais de 80% dos alimentos que consome. Sua população já conheceu privações e movimentos migratórios provocados por crises crónicas de insegurança alimentar.

O diagnóstico revelou que um dos grandes desafios do país é a necessidade de informações para um planeamento cientificamente embasado do uso do solo. A utilização inadequada dos espaços ocorre tanto no meio rural, com práticas agrícolas e pecuária inadequadas, quanto no meio urbano e nas zonas costeiras do país.